

PREGÃO ELETRÔNICO

90015/2026

CONTRATANTE (UASG)
(399009)

OBJETO:

Contratação de serviços continuados de vigilância e segurança armada e desarmada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da contratação é sigiloso, conforme previsto no art. 34 da Lei Federal nº 13.303/16.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia **XX/XX/2026** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Sim

PREÂMBULO DO EDITAL

Critério de Julgamento: Menor Preço;

Modo de disputa: Aberto;

Regime de Execução: Empreitada por Preço por Preço Unitário;

De execução do serviço: 12 (doze) meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

De vigência contratual: 13 (treze) meses, contado da assinatura;

Do início da etapa de execução: 20 (vinte) dias contados da emissão da Ordem de Serviço;

Da certificação da nota fiscal para pagamento: até 05 (cinco) dias úteis a contar da entrega ao Fiscal;

Do pagamento: até 30 dias corridos a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal do Contrato;

Da apresentação da Garantia Contratual: até 10 dias corridos a contar da publicação do Contrato em extrato no DOU; e

Da entrega da Ordem de Serviço: até 10 dias corridos após a assinatura do contrato.

Disponibilização do edital: 25/06/2026, às 08h;

Recebimento das propostas: até: 21/07/2026, às 10h, com interstício mínimo para o recebimento das propostas 15 (quinze) dias úteis.

Abertura das propostas e Início da Disputa de Preços: 21/07/2026, às 10h.

Local: www.comprasnet.gov.br;

Formalização de Consultas: até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº do pregão, pelo e-mail pregao@codeba.gov.br

Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF);

Impugnação/Remessa de Documentos envio para o e-mail: pregao@codeba.gov.br

Contato: (71) 3320-1278 ou pelo e-mail: pregao@codeba.gov.br

SUMÁRIO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	5
2. OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO	6
3. DO REGIME, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E PARTICIPAÇÕES	6
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
5. PRAZOS E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	9
6. CUSTO ESTIMADO	9
7. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E ESCLARECIMENTOS	10
8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	11
9. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	11
10. REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DE LANCES.....	14
11. NEGOCIAÇÃO	18
12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E PROPOSTA VENCEDORA.....	19
13. HABILITAÇÃO.....	23
14. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO	30
15. RECURSOS	30
16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	32
17. DAS PENALIDADES	32
18. CONTRATAÇÃO	37
19. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	37
20. DA GARANTIA CONTRATUAL.....	37
21. MEDIÇÃO, PAGAMENTO, REAJUSTES E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS	38
22. DISPOSIÇÕES FINAIS	45
23. ANEXOS	47
24. FORO	47

CODEBA – COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026****CRITÉRIO: MENOR PREÇO****MODO DE DISPUTA: ABERTO**

(Processo Administrativo nº 50903.000148/2026-96)

A **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA**, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública, com sede na Avenida da França, nº 1551, Comércio, Salvador – BA, e o pregoeiro designado pela Portaria nº 35, do dia 11 de fevereiro de 2026, e por meio deste edital e seus anexos, torna público aos interessados que realizará licitação para na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, que tem por objeto Contratação de serviços continuados de vigilância e segurança armada e desarmada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos. (Processo SEI nº 50903.000148/2026-96), realizado em sessão pública por meio da **INTERNET**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pelo endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, observadas as condições e exigências estabelecidas no presente **EDITAL** e em seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá às seguintes disposições normativas:

- a) Lei n.º 13.303/2016 - Estatuto da Empresa Estatal;
- b) Lei Complementar nº 123/2006 - Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP);
- c) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- d) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico www.codeba.gov.br;
- e) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;
- f) Decreto nº 8.538/2015 - Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP);
- g) Demais normas pertinentes ao objeto a licitar.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, mediante a apresentação de lances públicos, sucessivos e decrescentes, por meio da INTERNET, sob condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **CODEBA**, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “**comprasnet**”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S.A., constante da página eletrônica da **CODEBA**, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

1.3. O prazo Limite de Acolhimento de Proposta e Abertura das Proposta será até às **10h do dia 21/07/2026**.

1.4. A sessão de disputa de preços (lances) terá início no **dia 21/07/2026 às 10h**.

1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantido o horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em sentido contrário pelo Pregoeiro.

1.6. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

1.7. Os procedimentos de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações estão detalhados no presente edital.

1.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o **PREGOEIRO** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.9. O saneamento não poderá ser utilizado para inserir documento ou outro elemento exigido no edital e que tenha que ser apresentado com a proposta.

1.10. O saneamento não poderá, ainda, implicar aumento do valor da proposta final do licitante.

1.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da **CODEBA**, os princípios e diretrizes para licitação, a finalidade e a segurança da contratação.

1.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CODEBA** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo na Sede da **CODEBA**.

1.14. O desatendimento de exigências formais que possam ser consideradas, a critério do Pregoeiro como não essenciais não importará desclassificação do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.15. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA, na Lei nº 13.303/2016, no Edital, no contrato e Termo de Referência observada essa ordem.

1.17. Toda e qualquer informação posterior a publicação deste Edital, tais como respostas a esclarecimentos, prorrogações e revogações serão disponibilizadas no, na lista de documentos do processo, e no site da CODEBA, sendo de responsabilidade dos licitantes acessá-las para obtê-las.

1.18. Toda comunicação entre os licitantes e o Pregoeiro extra sistema deverá ser realizado por meio eletrônico e os documentos encaminhados deverão estar digitalmente assinados.

1.19. A participação no certame implica aceitação, plena, irrevogável e sem ressalvas das normas constante neste edital e seus anexos.

1.20. Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Contratação de serviços continuados de vigilância e segurança armada e desarmada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos.

3. DO REGIME, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E PARTICIPAÇÕES

3.1. O critério de julgamento da presente licitação será o de Menor Preço;

3.2. Regime de execução será por empreitada por Preço Unitário;

DA SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

3.3. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA.

CONSÓRCIO, COOPERATIVA DO SERVIÇO

3.4. Será admitida a participação de consórcio, observadas as disposições do art.48 do RILC/CODEBA.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015 e o art. 109 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CODEBA**.

4.6. Em atenção ao disposto no art. 38 da Lei 13.303/2016 e no art. 35 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CODEBA**, não poderão participar de licitações, tampouco de ser contratados, os interessados que:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme condições previstas no art. 59 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CODEBA**;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 2º do art. 243º da Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CODEBA**.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2. e 4.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.2. e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos do art. 39 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CODEBA**.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. PRAZOS E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Na execução do serviço a que se refere este TR, deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:

5.1.1. **De execução do serviço: 12 (doze)** meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

5.1.2. **De vigência contratual: 13 (treze)** meses, contado da assinatura;

5.1.3. **Do início da etapa de execução: 20 (vinte)** dias contados da emissão da Ordem de Serviço;

5.1.4. **Da certificação da nota fiscal para pagamento: até 05 (cinco) dias úteis** a contar da entrega ao Fiscal;

5.1.5. **Do pagamento:** até 30 dias corridos a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal do Contrato;

5.1.6. **Da apresentação da Garantia Contratual:** até 10 dias corridos a contar da publicação do Contrato em extrato no DOU; e

5.1.7. **Da entrega da Ordem de Serviço:** até 10 dias corridos após a assinatura do contrato.

5.1.8. O Contrato terá vigência por 13 (treze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada até o limite de 5 (cinco) anos, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a CODEBA na continuidade do contrato, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, podendo ser alterado, exceto no tocante a seu objeto;

5.1.9. A prorrogação do contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da esfera Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a CODEBA;

5.1.10. A prorrogação do contrato, quando vantajosa para a CODEBA, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Consultoria Jurídica do órgão CONTRATANTE.

6. CUSTO ESTIMADO

6.1. O valor estimado da contratação é sigiloso, conforme previsto no art. 34 da Lei Federal nº 13.303/16.

6.2. Valor proposto pelo licitante deve ser suficiente para custear todas as despesas decorrentes da contratação do objeto, inclusive despesas com frete de transporte, eventuais licenças, seguro de transporte, impostos, encargos sociais e quaisquer incidências tributárias,

bem como, os resultantes de leis trabalhistas, previdenciárias e securitárias, que se apliquem direta ou indiretamente no objeto da contratação.

7. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

7.1. O Edital e seus anexos poderão ser acessados no site da **CODEBA** (www.codeba.gov.br), através do campo “**Licitações**” > “**LICITAÇÕES 2026 – PREGÃO ELETRÔNICO**”, ressalvados aqueles arquivos que não tenham condições de ser ali inseridos por questões técnicas, devendo ser retirados na Sede da CODEBA ou no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br;

7.2. Em situações excepcionais em que a licitante encontre dificuldade de acesso ao portal da **CODEBA**, esta poderá retirar os elementos nas instalações da **GALC-CODEBA** após o recolhimento da importância correspondente aos custos com a reprodução do Edital e seus anexos, a ser efetuado na Tesouraria desta Companhia, situada à Avenida da França, nº 1551, Comércio, Salvador – Bahia, 2.º andar do prédio da Estação Marítima Visconde de Cayru, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30min às 16h30.

7.3. Observado o prazo legal, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos através dos e-mails pregao@codeba.gov.br **em até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, informando o número do pregão.

7.4. Os esclarecimentos serão respondidos pelo Pregoeiro no campo “DOCUMENTOS”, no link correspondente a este Edital, na página de licitações eletrônicas da CODEBA e no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br no prazo de até **dois dias úteis contados do recebimento do pedido**.

7.5. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, razão social e nome do representante legal, se pessoa jurídica e nome completo e CPF, se pessoa física).

7.6. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7.8. Se em razão da resposta a algum pedido de esclarecimento, a **CODEBA** alterar ou adequar os elementos constantes no Edital e em seus Anexos, comunicará a sua decisão, por meio eletrônico, nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.codeba.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

IMPUGNAÇÃO

7.9. A Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

7.10. Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital de Pregão, perante a CODEBA, qualquer cidadão que não a fizer no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura** da Sessão do Pregão, devendo apontar as falhas e irregularidades que o viciaram.

7.11. A impugnação será aceita na forma eletrônica, pelo **e-mail: pregao@codeba.gov.br ou em via impressa** devidamente protocolada na Sede da CODEBA, situada à Avenida da França, n.º 1551, Comércio, Salvador – Bahia, térreo do prédio da Estação Marítima Visconde de Cayru, **no horário administrativo**.

7.12. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem 7.10 será considerada intempestiva.

7.13. A impugnação não possui efeito suspensivo e a CODEBA deve julgar e responder à impugnação em **até 3 (três) dias úteis, antes da data de abertura da Sessão do Pregão**.

7.14. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação; e

7.15. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.16. As respostas às impugnações prestadas pelo Pregoeiro serão inseridas na página de licitações eletrônicas da CODEBA, no endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br** e nos autos do processo licitatório e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, atentando, também, para a data e horário para o início da disputa de preços, conforme disposto na página 02 (dois) do preâmbulo deste Edital.

9. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

9.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam às condições de habilitação exigida.

9.2. Em atenção ao disposto no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 24 do regulamento da CODEBA, não poderão participar de licitações, tampouco de ser contratados, os interessados que:

- a) Pessoa física ou jurídica tenha elaborado o termo de referência, anteprojeto ou o projeto básico da licitação;
- b) Pessoa jurídica que tenha participado de consórcio responsável pela elaboração do termo de referência, anteprojeto ou projeto básico da licitação;
- c) Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste

- último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante;
- d) Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODEBA;
- e) Suspenso de contratar ou de participar de licitação pela CODEBA;
- f) Declarado inidôneo pela União enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- g) Constituído por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- h) Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- i) Constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- j) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- k) Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- l) Empregado ou dirigente da CODEBA como pessoa física;
- m) Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- I. Dirigente da CODEBA;
 - II. Empregado CODEBA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - III. Autoridade da União.;
- n) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODEBA há menos de 6 (seis) meses;
- o) Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- p) Estrangeiro não autorizado a funcionar no País e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- q) Cooperativas de mão-de-obra;
- r) Que possuam em seu Contrato Social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;
- s) Sob a forma de entidades empresariais reunidas em consórcio;

t) Que empreguem menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

u) Que tenham fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9.3. É vedada a contratação, por órgão ou entidade de que trata o art. 1º (administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União), de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou
- b) Autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

9.4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.5. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- c) Conduzir a sessão pública na Internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- g) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- h) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- i) Indicar o vencedor do certame;
- j) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- k) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- l) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

9.6. A CODEBA utiliza o sistema eletrônico Comprasnet, e para acesso ao referido sistema os interessados em participar do Pregão deverão acessar www.comprasnet.gov.br e efetuar devidamente o seu cadastro de fornecedor.

9.7. Os interessados em se credenciar no aplicativo Comprasnet poderão obter maiores informações pelo telefone 0800 978 9001 ou pelo portal de atendimento: <http://portaldeservicos.economia.gov.br>.

9.8. Não compete à CODEBA realizar credenciamento dos licitantes, o qual será feito exclusivamente pelo Comprasnet / www.comprasnet.gov.br.

9.9. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas a data e horário limite estabelecidos na página 02 (dois) do preâmbulo deste Edital, proposta essa que vinculará a proponente.

9.10. A PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo a **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA**, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a **PROponente** às sanções previstas neste edital.

9.12. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

9.13. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

10. REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DE LANCES

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes informarão no portal www.comprasnet.gov.br, a proposta econômica com a descrição do objeto ofertado e o preço conforme prazos do edital. Posteriormente a disputa de lances da sessão pública, será realizada convocação do arrematante e a empresa deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta ajustada conforme o preço final ofertado na disputa.

10.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento às exigências de habilitação e a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente Edital e em seus Anexos.

10.5. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

10.6. A falsidade da declaração a que se refere esse item sujeitará o licitante às sanções previstas pelo ordenamento jurídico.

10.7. Não serão aceitas propostas para a execução parcial do objeto a licitar;

10.8. O licitante deverá registrar na forma expressa no sistema eletrônico os valores já inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários e trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

10.9. Os encargos sociais e despesas administrativas decorrente do objeto a contratar serão de responsabilidade do licitante vencedor;

10.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente lançadas serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a essa ou a qualquer título, devendo o objeto deste Pregão executado sem ônus adicional para a **CODEBA**.

10.11. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

10.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances e após negociação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.13. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

10.14. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, sendo encerrada a fase de apresentação de propostas com a abertura da sessão pública.

10.15. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.16. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

10.17. A partir do horário previsto no edital, as propostas apresentadas serão abertas pelo

pregoeiro que fará a verificação e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.18. A desclassificação de proposta será fundamentada pelo Pregoeiro e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.19. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro e somente essas participarão da fase de lance.

10.20. A classificação das propostas se dará em ordem crescente dos lances após o exercício do direito de preferência, se cabível.

10.21. A classificação da proposta não impede que seja desclassificada após seu julgamento definitivo até o final do processo.

10.22. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

10.23. Encerrada a etapa de disputa dos lances, será aberta, automaticamente, a fase da negociação e considerações finais pelo pregoeiro, que poderá encerrar a disputa após as suas considerações.

DOS LANCES

10.24. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

10.25. O **MODO DE DISPUTA** adotado para esta licitação será o **ABERTO**.

10.26. O intervalo mínimo de diferença entre os lances de **0,05% (cinco centésimos percentuais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.27. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.28. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

10.29. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.30. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.31. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.32. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10.33. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.34. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes da nova data.

10.35. O tempo normal da etapa de lances da sessão pública será encerrado por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o quê transcorrerá período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo mencionado sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.36. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada, automaticamente, pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.37. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.38. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.39. Encerrada a etapa de disputas dos lances, será aberta, automaticamente, a fase da negociação e considerações finais pelo pregoeiro, que poderá encerrar a disputa após as suas considerações.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.40. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus Anexos quanto às especificações do objeto.

10.41. Serão desclassificadas as propostas ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), ou que apresentarem preço manifestadamente inexecutável ou que omitam qualquer informação obrigatória exigida neste edital.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido pelo art. 128 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA.

10.43. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

TRATAMENTO DIFERENCIADO A ME E EPP

10.44. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.45. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e MEI que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.46. Encerrada a disputa, o Pregoeiro verificará a existência da situação de empate a que se refere a LC 123/2006, informando o nome da empresa e em seguida convocará a empresa que se encontra em situação de empate, permitindo-lhe, via sistema e em 5 (cinco) minutos, que ofereça novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote.

10.47. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

10.48. Não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa.

10.49. Sendo a empresa arrematante microempresa ou empresa de pequeno porte torna sem efeito o item **10.42**.

10.50. Na hipótese da ME; MEI ou EPP não exercer o direito de preferência nos termos previstos no subitem **10.43**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

10.51. O disposto quanto ao direito de preferência somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.52. A classificação das propostas se dará em ordem crescente dos lances após o exercício do direito de preferência, se cabível.

11. NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e eventuais desempates, o Pregoeiro verificará as condições de participação do licitante classificado em primeiro lugar e, estando em conformidade, iniciará a etapa de negociação de preços “via chat”, com o fim de obter proposta mais vantajosa por meio de contraproposta, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, em caso de desclassificação ou inabilitação do licitante primeiro colocado.

11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.4. Será observado o prazo mínimo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições contidas neste edital.

12.2. A classificação das propostas será em ordem crescente dos preços ofertados na fase de lance e após os critérios de desempate, sendo considerado vencedor dessa etapa o licitante que oferecer e negociar o **MENOR PREÇO**.

12.3. Para o julgamento das propostas será considerado o **MENOR PREÇO** estabelecidos na proposta econômica, observados as condições definidas neste Edital.

12.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

12.5. O preço global aceitável deverá ser INFERIOR ou igual ao valor estimado.

12.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes.

DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

12.7. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes informarão no portal compras.gov.br a proposta econômica com a descrição do objeto ofertado e o preço conforme prazos do edital. Posteriormente a disputa de lances da sessão pública, será realizada convocação do arrematante e a empresa deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta ajustada conforme o preço final ofertado na disputa.

12.8. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

12.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.10. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento às exigências de habilitação e a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente Edital e em seus Anexos.

12.11. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

12.12. A falsidade da declaração a que se refere esse item sujeitará o licitante às sanções previstas pelo ordenamento jurídico.

12.13. Não serão aceitas propostas para a execução parcial do objeto a licitar;

12.14. O licitante deverá registrar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global da proposta, já inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários e trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

12.15. Os encargos sociais e despesas administrativas decorrente do objeto a contratar serão de responsabilidade do licitante vencedor;

12.16. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente lançadas serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a essa ou a qualquer título, devendo o objeto deste Pregão executado sem ônus adicional para a CODEBA.

12.17. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

12.18. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances e após negociação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.19. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

12.20. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, sendo encerrada a fase de apresentação de propostas com a abertura da sessão pública.

12.21. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.22. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.23. Encerrada a etapa de lances, depois da verificação de possível empate e da negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, exequibilidade e cumprimento das especificações do objeto, devendo o licitante encaminhar a proposta e a Habilitação do item 13 (treze), **sob pena de desclassificação**, a proposta de preços adequada ao valor final após negociação, por meio eletrônico (e-mail: pregao@codeba.gov.br), no prazo de até 04 (quatro) horas após a solicitação, podendo ser prorrogado pelo mesmo prazo, por solicitação do licitante e a critério do pregoeiro;

12.24. O pregoeiro poderá solicitar o reenvio das planilhas de composição de preços quando o valor total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para atender às exigências editalícias, alterações **que não poderão repercutir, para maior, no preço do lance vencedor após negociação**.

12.25. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

12.26. Em caso de solicitação pelo Pregoeiro do reenvio das planilhas, a licitante arrematante terá o prazo de 04 (quatro) horas para encaminhar.

12.27. Em situações excepcionais, desde que devidamente justificados impedimentos, o prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado por conveniência e oportunidade da **CODEBA**.

12.28. O pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado.

12.29. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que:

12.29.1. Que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

12.29.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

12.29.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

12.29.4. Apresente preço manifestamente inexequíveis;

12.29.5. Se o valor for abaixo do orçamento estimado para a contratação;

12.29.6. Apresente desconformidade com as exigências deste edital.

12.29.7. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão 1.455/2018 - TCU - Plenário) ou que apresente preço manifestamente inexequível;

I. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

II. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente Preço Unitário ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela da totalidade da remuneração.

12.30. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

12.31. Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Intimação do licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- c) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- d) Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a CODEBA, com entidades públicas ou privadas;
- e) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como concessionária, locadoras e fabricantes;
- f) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
- g) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- h) Estudos setoriais;
- i) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, distrital, estadual ou Municipal;
- j) Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços; e
- k) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.32. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja alteração do preço proposto após a negociação.

12.33. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

12.34. **O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.**

12.35. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

12.36. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13. HABILITAÇÃO

13.1. Após as fases de negociação e análise de aceitabilidade da proposta de preço, o pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante que apresentou a proposta classificada em primeiro lugar, segundo os critérios de julgamento fixados neste instrumento convocatório, no Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA e no Termo de Referência.

13.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Coordenador de disputa/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

13.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.4. Constatada a existência de sanção, o Coordenador de disputa reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.6. A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

13.6.1. O licitante deverá apresentar habilitação regular no SICAF ou os documentos que supram tais exigências.

13.6.2. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços e documentação de habilitação, em prazo idêntico ao estipulado na mencionada condição.

13.7. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.8. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:

13.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.9.1. Cédula de identidade, no caso de pessoa física;

13.9.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.9.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

13.9.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

13.9.5. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

13.9.6. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.9.7. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

13.9.8. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

13.9.9. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

13.9.10. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

13.9.11. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

13.9.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.10. REGULARIDADE TRABALHISTA

13.10.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.11. REGULARIDADE FISCAL

13.11.1. Documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

I. Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), caso seja pessoa jurídica, ou CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), caso seja pessoa física, não necessariamente autenticado em cartório, podendo ser obtido através da Internet, no sítio da SRF - www.receita.fazenda.gov.br, visando a comprovação de inscrição, conforme o caso;

II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

III. Prova da regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.11.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação.

Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.11.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.11.4. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

13.11.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

13.11.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao PREGOEIRO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.12.1. A empresa licitante deverá apresentar comprovação de que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo aceito somatório de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

13.12.2. O (s) atestado (s) deverá (ão) comprovar que o licitante executou contrato com um mínimo de 10 (dez) postos de trabalho em objeto compatível ao ora licitado.

13.12.3. Justificativa Técnica para a Exigência de Quantitativo Mínimo de 10 Postos de Trabalho:

13.12.4. A exigência de comprovação de experiência prévia com quantitativo mínimo de 10 (dez) postos de trabalho mostra-se técnica e proporcional ao objeto licitado, estando em consonância com a legislação vigente, que admite a fixação de quantitativo mínimo de até 50% do total de postos licitados.

13.12.5. O número de 10 postos foi definido com base no planejamento da contratação, considerando que a execução dos serviços demanda capacidade operacional compatível com a gestão simultânea de equipes, abrangendo escalas de trabalho, cobertura de ausências, supervisão operacional, logística de pessoal, fornecimento de insumos e atendimento às obrigações trabalhistas e previdenciárias, atendendo todos os critérios e rotina operacional apta a compreender as restrições e exigências próprias de um recinto alfandegado e alinhado com as exigências da Comportos.

13.12.6. A experiência prévia com esse quantitativo mínimo demonstra que a empresa possui estrutura administrativa e operacional suficiente para gerir contratos de porte semelhante, reduzindo riscos de descontinuidade do serviço, falhas na execução contratual e inadimplemento de obrigações legais, aspectos críticos em serviços de natureza continuada nos Portos.

13.12.7. Ressalta-se que a exigência não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que admite a comprovação, por meio de um ou mais atestados, referentes a períodos sucessivos ou não, e contempla serviços equivalentes ao objeto licitado.

13.12.8. Dessa forma, a definição do quantitativo mínimo de 10 (dez) postos de trabalho em áreas sujeitas às restrições de alfandegamento atende aos princípios do planejamento, da razoabilidade, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa, sendo imprescindível para assegurar a adequada execução do contrato, porque exige entendimento de definições operacionais distintas e necessidades administrativas específicas.

13.12.9. A licitante deverá comprovar possuir patrimônio líquido mínimo no valor de **R\$ 1.193.878,69** devidamente escriturado e registrado, na data da apresentação da proposta.

13.12.10. A comprovação dar-se-á por meio da apresentação do contrato social consolidado ou estatuto social registrado, acompanhado do último balanço patrimonial exigível na forma da lei.

13.12.11. Destaca-se que a presente contratação envolve serviços continuados de vigilância patrimonial armada e desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo múltiplas unidades portuárias estado da federação (Bahia), incluindo ambientes submetidos a regime ISPS Code e controle aduaneiro.

13.12.12. Trata-se de contrato de elevada complexidade operacional, com significativa mobilização inicial de recursos humanos, aquisição e manutenção de equipamentos obrigatórios (armamentos, coletes balísticos, rádios, viaturas, sistemas de monitoramento e, se aplicável, sistemas de captura de imagem em tempo real), além do cumprimento rigoroso de obrigações trabalhistas e previdenciárias.

13.12.13. A exigência de patrimônio líquido mínimo, revela-se medida proporcional e adequada à mitigação de riscos de inexecução contratual, descontinuidade do serviço, inadimplemento trabalhista ou incapacidade de absorção de oscilações financeiras típicas de contratos intensivos em mão de obra.

13.12.14. A empresa contratada deverá possuir autorização de funcionamento válida para o exercício de atividades de segurança privada, expedida pelo órgão competente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Polícia Federal, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e de sua regulamentação vigente, comprovando-se a regularidade da atividade junto à autoridade fiscalizadora.

13.12.15. Certificado de segurança expedido pela Comissão de Vistoria da Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia, nos termos da Portaria MJ/DPF no 387/2006;

13.12.16. Autorização de funcionamento, concedida pelo Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal conforme a Lei no 7102/83 e alterações, o Decreto no 89.056/83 e alterações e a Portaria MJ/DPF nO 387/2006 e alterações;

13.12.17. Autorização para aquisição de armas e munições pela Polícia Federal, ou comprovante de que possui armas devidamente registradas, conforme Portaria MJ no 387/2006.

13.12.18. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.12.19. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, seis meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

13.12.20. Caso a CODEBA julgue necessário obter maiores informações sobre os atestados apresentados pela licitante, poderão ser solicitadas informações complementares à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, as quais deverão ser disponibilizadas pela licitante mediante solicitação formal da CODEBA.

13.12.21. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 da IN nº 05/2017;

13.13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.13.1. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.13.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

13.13.3. As empresas que se utilizarem do Sistema Público de Escrituração Digital-SPEED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.

13.13.4. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.13.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13.13.6. **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo órgão distribuidor da sede do licitante

13.14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

13.14.1. Declarações, da empresa licitante:

- a) De inexistência de fato impeditivo para a habilitação;
- b) De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- c) De conhecimento da natureza, escopo e objeto da Licitação bem como da legislação relativa e os termos e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos.
- d) Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estando a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto nº 8.538/2015, quando se tratar de ME e EPP.
- e) De cumprimento de leis e decretos nacionais, estaduais e municipais, regulamentos e normas da CODEBA.

13.14.2. As declarações do licitante poderão ser contempladas em um único documento, conforme modelo do **ANEXO 03 - DECLARAÇÃO UNIFICADA** deste Edital.

13.15. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

13.15.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar nas instalações do local de execução dos serviços vistoria ou visita técnica, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone [\(71\) 3320-1330](tel:(71)3320-1330)/1331.

13.15.2. A realização da vistoria pode ser comprovada/substituída por uma Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto ou que realizou vistoria no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP no 5/2017, ou

caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a CODEBA.

13.15.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

13.15.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

13.15.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes

13.15.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

14. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

14.1. O **PREGOEIRO** poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanear o processo quanto a eventuais erros ou falhas desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

14.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.2. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas, ou que apresentarem irregularidades capazes de dificultar o julgamento.

14.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

15. RECURSOS

15.1. Dos atos e decisões relacionados com o Pregão cabe Recurso, nos seguintes casos:

- a) Declaração do licitante vencedor, após decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual;
- b) Anulação ou revogação do Pregão;
- c) Aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a CODEBA.

15.2. Encerrada a etapa de lances, as licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar quem foi declarada a vencedora e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 60 (sessenta) minutos para manifestar sua intenção de recorrer contra a decisão que declarou o vencedor, com o registro da síntese de suas razões.

a) Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

a) Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

b) Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **5 (cinco) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

c) A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, bem como a não apresentação das razões de recurso, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

d) Não será aceito o Recurso, cujas razões não estejam relacionadas àquelas manifestadas na intenção de recorrer.

e) O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

15.3. Os recursos contra as decisões de anulação ou revogação da licitação ou de aplicação de penalidade deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato por publicação no Diário Oficial da União.

15.4. As impugnações e os recursos interpostos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo RECORRENTE não serão conhecidos.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao Licitante declarado vencedor (arrematante), por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

16.2.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;

16.2.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;

16.2.3. Revogar o procedimento, por motivo de conveniência e oportunidade; ou

16.2.4. Adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente, em ato único.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CODEBA poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

17.1.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

17.1.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações da CODEBA, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CODEBA e registrada no SICAF, nos seguintes casos:

a) Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

b) Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

c) Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

d) Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

e) Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

f) Todas as hipóteses tratadas no subitem i serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

17.1.1.2. Pela ÁREA DEMANDANTE, orientada pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto:

- a) Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- b) Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

17.1.1.3. MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pela ÁREA DEMANDANTE, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

17.1.2. Nos casos de atrasos:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
 - e) 0,02% (dois centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 4% (quatro por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 16.1.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	5
3	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
Para os itens seguintes, deixar de:		
6	Zelar pelas instalações da DPU utilizadas, por item e por dia;	3
7	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	1
9	Entregar os salários, vales-transportes e/ou tíquete-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	2
10	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	2
11	Pelo atraso no fornecimento ou renovação dos uniformes, conforme previsto no Termo de Referência	2
12	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas quantidades requeridas, por funcionário e por ocorrência	2

13	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.	6
14	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos, nas quantidades previstas no edital.	2
15	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	1
16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	2

17.1.3. Quando as multas atingirem o limite de 10% (dez por cento) do valor do Pedido de Compra, a CODEBA poderá promover a rescisão parcial ou total do contrato.

17.1.4. Nos casos de recusa ou inexecução:

17.1.4.1. De 0,5% (meio por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, atualizado na forma da lei, no caso de desatendimento de determinação da Fiscalização;

17.1.4.2. De 10% (dez por cento) sobre valor global da contratação, no caso de recusa injustificada em retirar o Pedido de Compra, configurando inadimplemento total;

17.1.4.3. De 10% (dez por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, no caso de não manutenção das condições de Habilitação, inviabilizando a contratação; e

17.1.4.4. De 10% (dez por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, no caso de não fornecimento, sob alegação de que o preço de mercado se tornou superior ao preço registrado.

17.1.4.5. A multa será formalizada por simples apostilamento e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

17.1.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEBA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

17.1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

17.1.7. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou

CONTRATADA no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir.

17.1.8. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

17.1.9. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

17.1.10. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

17.1.11. Por até 5 (cinco) anos, quando a CONTRATADA:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Receber qualquer das multas previstas no subitem.

17.1.12. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- a) O Setor responsável pelas licitações da CODEBA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- b) A ÁREA DEMANDANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

17.1.13. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF.

17.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CODEBA, na Gerência Financeira da CODEBA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação.

17.3. Decorrido esse prazo, as multas devidas e/ou prejuízos serão deduzidos da garantia, ou ainda, inexistindo lastro garantidor, cobrados judicialmente

17.4. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

17.5. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

17.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CODEBA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CODEBA, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10. É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

17.11. O recurso será dirigido para a ÁREA DEMANDANTE, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

18. CONTRATAÇÃO

18.1. A contratação será formalizada mediante a assinatura do contrato, constante do (**Anexo 04 - MINUTA DO CONTRATO**) deste Edital.

18.2. A contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação até a realização do pagamento pelo fornecimento prestado.

18.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado quando solicitado pela Adjudicatária, desde que durante o seu transcurso ocorra motivo devidamente justificado.

19. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1. As obrigações da CODEBA e da futura Contratada são as previstas no Termo de Referência e no Termo da Minuta do Contrato (**ANEXO 04**).

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. A garantia contratual será de 3% (três por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

20.2. A garantia deverá ser prestada pelo contratado no prazo de previsto no item 4.1.5 de até 10 dias corridos a contar da publicação do extrato do contrato no DOU, podendo ser prorrogado uma vez por igual período sendo liberada ou restituída após a elaboração do Termo de Encerramento do Contrato.

20.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de três meses, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilamentos para reajustes e repactuações.

20.4. A garantia somente será liberada com a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, sem embargo das responsabilizações civis, administrativas e criminais pertinentes.

21. MEDIÇÃO, PAGAMENTO, REAJUSTES E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E AFERIÇÃO DE RESULTOS

21.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento mensal considerará os seguintes critérios:

Medição Quantitativa — Postos Efetivamente Ocupados:

21.2. A unidade de medição será o posto/mês, considerando-se as horas efetivamente trabalhadas em cada posto de vigilância;

21.3. Serão glosados do pagamento mensal os valores correspondentes a:

- a) Faltas não cobertas por substituto: desconto integral do valor do posto/dia;
- b) Atrasos superiores a 15 (quinze) minutos: desconto proporcional às horas não trabalhadas;
- c) Abandono de posto: desconto integral do turno, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- d) A comprovação das horas efetivamente trabalhadas dar-se-á mediante apresentação de folhas de ponto, preferencialmente eletrônicas, e relatórios de frequência emitidos pelo Vigilante Supervisor.

21.4. Medição Qualitativa — Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

- a) Além da medição quantitativa, a execução contratual será avaliada mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme indicadores estabelecidos neste item;

b) O descumprimento das metas estabelecidas para cada indicador ensejará a aplicação de glosas no pagamento mensal, na forma prevista na tabela a seguir.

Tabela de Indicadores de Desempenho:

Nº	INDICADOR	META	FORMA DE AFERIÇÃO	GLOSA POR DESCUMPRIMENTO
1	Cobertura de Postos	≥ 98%	(Horas efetivas / Horas previstas) × 100, aferido por folhas de ponto e relatórios de frequência	0,5% do valor mensal por ponto percentual abaixo da meta
2	Tempo de Resposta a Ocorrências	≤ 5 minutos	Registro no Livro de Ocorrências com horários de comunicação e atendimento	0,3% do valor mensal por ocorrência com atraso
3	Apresentação e Uniformização	100% conformidade	Inspeções semanais aleatórias realizadas pelo Fiscal do Contrato	0,2% do valor mensal por não conformidade identificada
4	Equipamentos e Materiais Operacionais	100% funcionando	Checklist diário de equipamentos (rádios, lanternas, armamento, coletes)	0,3% do valor mensal por dia com equipamento inoperante
5	Rondas Realizadas	100% das programadas	Registros em bastão de ronda eletrônico ou Livro de Ocorrências	0,2% do valor mensal por ronda não realizada
6	Registro de Ocorrências	100% documentadas	Confronto entre registros do sistema de controle de acesso e Livro de Ocorrências	0,1% do valor mensal por ocorrência não registrada
7	Conformidade ISPS-Code e Planos de Segurança Portuária	Zero não conformidades	Auditorias internas e externas; relatórios da Autoridade Marítima/ANTAQ	1,0% do valor mensal por não conformidade identificada
8	Treinamento e Certificação dos Vigilantes	100% com certificados válidos	Verificação mensal de certificados (CNV, ISPS-Code, reciclagens)	0,5% do valor mensal por vigilante em situação irregular

21.5. Fórmula de Cálculo do Pagamento Mensal:

21.5.1. O valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA será calculado pela seguinte fórmula:

VALOR A PAGAR = VALOR MENSAL CONTRATADO – GLOSAS POR AUSÊNCIAS – GLOSAS IMR

Onde:

Valor Mensal Contratado: valor global mensal previsto no contrato;

Glosas por Ausências: somatório dos descontos por faltas, atrasos e abandonos de posto;

Glosas IMR: somatório dos descontos aplicados em razão do descumprimento das metas dos indicadores de desempenho.

21.5.2. Fator de Qualidade e Consequências:

21.5.2.1. Será calculado mensalmente o Fator de Qualidade (FQ) da execução contratual, pela seguinte fórmula:

FQ = (INDICADORES COM META ATINGIDA / TOTAL DE INDICADORES APLICÁVEIS) x 100

21.5.2.1.1. Caso o Fator de Qualidade seja inferior a 80% (oitenta por cento) por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados no período de 12 (doze) meses, a CODEBA poderá:

- a) Notificar a CONTRATADA para apresentar plano de ação corretiva no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- b) Instaurar processo administrativo para aplicação de sanções, conforme item 16 deste TR;
- c) Rescindir o contrato por inexecução parcial reiterada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Procedimento de Aferição Mensal:

ETAPA	PRAZO	RESPONSÁVEL
Entrega do Boletim de Medição e relatórios pela CONTRATADA	Até o 2º dia útil do mês subsequente	Preposto
Conferência de folhas de ponto, escalas e relatórios de ocorrências	Até o 5º dia útil	Fiscal Técnico
Aplicação do IMR e cálculo de glosas	Até o 7º dia útil	Fiscal Técnico
Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até o 8º dia útil	Fiscal Técnico

Manifestação da CONTRATADA sobre glosas (se houver)	3 dias úteis após notificação	Preposto
Análise da manifestação e decisão sobre glosas	Até o 10º dia útil	Gestor do Contrato
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até o 12º dia útil	Gestor do Contrato
Certificação da Nota Fiscal	Conforme item 4.1.3	Gestor do Contrato

Documentos para Aferição:

21.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, junto com a Nota Fiscal, os seguintes documentos para fins de aferição:

- a) Folhas de ponto de todos os vigilantes, preferencialmente eletrônicas, assinadas pelo Vigilante Supervisor;
- b) Relatório consolidado de frequência por posto e por unidade (Sede, Porto de Salvador, Porto de Aratu-Candeias, Porto de Ilhéus);
- c) Cópia do Livro de Ocorrências do período ou relatório consolidado de ocorrências;
- d) Relatório de rondas realizadas, com horários e pontos de passagem;
- e) Checklist de verificação de equipamentos;
- f) Relação atualizada de vigilantes alocados, com indicação de CNV e validade dos certificados obrigatórios.

Limite de Glosas e Sanções:

21.7. O somatório das glosas aplicadas por meio do IMR em um único mês não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato;

- a) Caso o descumprimento das metas enseje glosas superiores a 10% (dez por cento), o excedente será convertido em processo administrativo para aplicação das sanções previstas no item 16 do TR;
- b) As glosas aplicadas por meio do IMR não excluem a possibilidade de aplicação cumulativa de sanções contratuais, quando o descumprimento configurar infração prevista no item 16 do TR;

Revisão dos Indicadores:

21.8. Os indicadores de desempenho e respectivas metas poderão ser revisados pela CODEBA, mediante justificativa técnica, nas seguintes hipóteses:

- a) Alteração das condições de execução do contrato;

- b) Modificação nos Planos de Segurança Portuária ou nas exigências do ISPS-Code;
- c) Constatação de que determinado indicador tornou-se inadequado ou insuficiente para aferir a qualidade do serviço;
- d) Por ocasião da prorrogação contratual.

Parágrafo único. A revisão dos indicadores será formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

PAGAMENTO

21.9. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, em até 30 dias contados da emissão da Nota Fiscal a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato – em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CODEBA.

21.10. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

21.11. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas;

21.12. A CONTRATADA deverá apresentar com a nota fiscal a seguinte documentação:

- a) Regularidade fiscal, perante as Fazendas Federal, Estadual/Distrito e Municipal;
- b) Regularidade com o FGTS;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- d) Apresentação dos comprovantes de quitação dos encargos trabalhistas de todos os trabalhadores envolvidos na execução do objeto.

21.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos neste subitem caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas em Lei.

21.14. No que couber, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:

- a) Do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, 40 na forma da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

- b) Contribuição previdenciária, correspondente ao previsto em Lei, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações, e para empresas que aderiram à desoneração sobre a folha de pagamento o percentual previsto em lei;
- c) Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor;
- d) Dos valores que tenham sofrido glosa.

21.15. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de resguardar qualquer tratamento diferenciado a que tenha direito por força da Lei Complementar nº 123, de 2006.

21.16. A CODEBA se reserva ao direito de sustar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem de acordo com a especificação, bem como não será efetuado pagamento enquanto a CONTRATADA estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual ou legal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

21.17. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto, ficando glosado o valor correspondente à parcela controvertida.

21.18. Ocorrendo erros na apresentação da fatura, esta será devolvida para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CODEBA.

21.19. A CODEBA fica autorizada a deduzir dos créditos da CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas por esta, nos termos deste Contrato, além das deduções fiscais estabelecidas por lei.

21.20. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21.21. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

21.22. Quanto aos insumos e custos decorrentes do mercado, os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses da apresentação da proposta.

21.23. Quanto aos custos de mão-de-obra, os preços poderão ser repactuados a partir do advento de acordo, convenção ou dissídio coletivos aos quais a proposta esteja expressamente vinculada;

21.24. A revisão de preços poderá ser pleiteada no caso de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, superveniente à assinatura do contrato. Portanto, os licitantes devem ofertar preços compatíveis com a realidade e o conhecimento do seu mercado, sendo os únicos responsáveis pelas variações ordinárias e comuns de preços, que naturalmente ocorrem em todos os mercados devido à inflação oscilante, a qual somente se permite ser considerada como fator para reequilíbrio a cada 12 meses, contados da apresentação da proposta, na forma de reajuste.

REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

21.25. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, conforme art. 54 da IN/MPOG nº05/17.

21.26. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório; ou
- b) Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos.
- c) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;
- d) As repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

21.27. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de

custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

21.28. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

21.29. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante (CODEBA).

21.30. No caso de repactuação, será formalizada por apostila, conforme parágrafo 7º, do artigo 81, da Lei 13.303/2016.

21.31. A Codeba poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

21.32. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando da repactuação envolver revisão de custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar a data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

21.33. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A CODEBA poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer técnico e jurídico, nos termos da Lei 13.303/2016 e do Regulamento da Licitação e Contratos da CODEBA.

22.2. Em razão da desclassificação de todas propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes, a presente licitação poderá restar fracassada.

22.3. Em razão da ausência de interessados, a presente licitação poderá restar deserta.

22.4. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.5. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior:

a) Proceder em qualquer fase da licitação, consultas ou promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

b) Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de classificação da licitante e habilitação, desde que sejam irrelevantes; não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação

c) Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas. O desatendimento das exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o disposto no § 2º do art. 62 da Lei 13.303/2016.

22.8. A **CODEBA** poderá, antes da elaboração do Contrato, desqualificar propostas, sem que isto gere direitos indenizatórios ou reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou de produção do participante.

22.9. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais, que se fizerem necessárias à elaboração das Propostas, deverão ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico via internet (e-mail pregao@codeba.gov.br), conforme informações constantes do 07 deste Edital.

22.10. Os pedidos de esclarecimentos de que trata o subitem 7.4 deste Edital não constituirão, necessariamente, motivos para que se altere a data e o horário da sessão pública.

22.11. As questões formuladas, bem como as respostas de interesse geral, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

22.12. As alterações do Edital que afetarem a formulação da proposta serão divulgadas para conhecimento de todos os interessados no site **www.comprasnet.gov.br**, no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico, ocasião em que será designada nova sessão.

22.13. As alterações do Edital que não afetarem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados, conforme disposto no item 8 deste edital, não sendo alterada a data da sessão do pregão.

22.14. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo pregoeiro, desde que pertinente, com o objeto da Licitação, e observada a legislação em vigor, em especial Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Federal nº 8.538/2015 e alterações.

22.15. A participação da **PROPONENTE** (licitante) nesta licitação implica em aceitação plena e irretratável de todos os termos deste Edital.

22.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento; só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na unidade da **CODEBA** promotora do evento.

22.18. Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual, como se nele estivessem transcritos.

23. ANEXOS

23.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO 02 – PROPOSTA ECONÔMICA;

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO 04 – MINUTA DO CONTRATO;

24. FORO

24.1. Fica designado o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 17 de março de 2026.

Bruno Rocha da Silva
Chefe de serviço

Jaire Barbosa Magalhães
Equipe de Apoio